



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Avenida Queiroz Júnior, 639 – Bairro Praia – Itabirito – MG – CEP 35450-228
(31) 3561-1599 - www.itabirito.mg.leg.br

RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório nº 013/2022

Pregão Presencial nº 013/2022

Tipo: Menor Preço Global

Trata-se de resposta ao pedido interposto como impugnação ao edital de licitação do Pregão Presencial nº 13/2022, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de instalação de câmera adicional para o sistema de streaming ao vivo da transmissão das sessões da Câmara Municipal de Itabirito, incluindo o fornecimento de equipamentos, pela empresa **Comercio de Computadores F & F Ltda. – Assistech Soluções**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.877.653/0001-30.

1. DA ADMISSIBILIDADE

O edital do processo em tela prevê em seu item 3.2:

3.2 - A impugnação aos termos deste instrumento convocatório **somente será conhecida e considerada** quando seguir os procedimentos contidos no artigo 41 e parágrafos da Lei nº. 8.666/93.

A previsão legal do instituto da impugnação na lei geral de licitações dispõe que:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (g.n.)

Tendo em vista que a requerente enviou o pedido de impugnação no endereço eletrônico licitacao@itabirito.cam.mg.gov.br no dia 08 de junho de 2022, às 17:33h,



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Avenida Queiroz Júnior, 639 – Bairro Praia – Itabirito – MG – CEP 35450-228
(31) 3561-1599 - www.itabirito.mg.leg.br

observando o prazo de até dois dias úteis anteriores à data de início da sessão, **verifica-se sua intempestividade**, posto que o prazo fatal foi em 07 de junho de 2022.

Assim leciona o prof. Jacoby Fernandes:

A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/1993, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta. Para facilitar o entendimento, temos a seguinte situação: O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos. (FERNANDES, Jorge Ulisses. Jacoby. *Sistema de registro de preços e pregão eletrônico presencial e eletrônico*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 454.)

No mesmo sentido, o edital do processo em tela prevê em seu item 3.2.2:

3.2.2 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou licitante ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhada de cópia do documento de identificação do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador).

Verifica-se a irregularidade ao item supramencionado, já que na impugnação enviada não consta cópia do documento de identificação do signatário e o comprovante do poder de representação legal.

Conclui-se que, com base nos requisitos legais pertinentes, o pedido de impugnação de Edital apresentado possui vícios formais prejudiciais à sua admissibilidade. Entretanto, em que pese a existência de tais vícios, em observância ao dever de autotutela da Administração e em consideração ao remédio constitucional conhecido como “direito de petição”, previsto no art. 5º, XXXIV da Constituição Federal/88, passa-se à análise do mérito da petição interposta.

2. DO MÉRITO

Quanto ao mérito, a peticionante alega, em síntese, que:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Avenida Queiroz Júnior, 639 – Bairro Praia – Itabirito – MG – CEP 35450-228
(31) 3561-1599 - www.itabirito.mg.leg.br

Compulsando o edital e seus anexos, especificamente no 9.1.10 HABILITAÇÃO item 9.1.10, é possível verificar restrição à competitividade ao certame (...) tendo em vista, de que exige-se que o licitante tenha registro profissional junto ao CREA.

Conforme já mencionado na impugnação anterior especificamente “que os atestados de capacitação técnica devem ser devidamente registrados no órgão de representação profissional correspondente, *in casu*, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 30 da Lei 8.666/93”

Art 30 da lei 8.666/93. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:

I – registro ou inscrição na entidade profissional competente; (...)

É uma exigência clara que restrição a competição, uma vez que serão privilegiadas empresas com registro no CREA.

A peticionante argumenta, em suma, que a empresa registrada no Conselho Federal dos Técnicos (CFT) também possui capacidade técnica/legal para a prestação de serviço do objeto e não apenas as empresas registradas no CREA.

E ao final pede que:

(...) seja dado provimento a presente impugnação, reformulando-se o Edital Licitatório, no sentido:

• Alterar o item 9.1.10 do edital, para:

- ✓ Que sejam sanados os vícios existentes e que geram impossibilidades para formulação da proposta adequada e justa para a administração;
- ✓ Certificado de Registro da empresa junto ao conselho de classe conforme Art 30 – I **registro ou inscrição na entidade profissional competente; ou**
- ✓ Certificado de Registro da empresa junto ao CREA/CFT (Conselho Federal dos Técnicos)

3. DA ANÁLISE

Inicialmente cumpre registrar que, embora a peticionante tenha manifestado em sua peça acerca de *impugnação anterior*, versando sobre “**ATESTADOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DEVEM REGISTRADOS NO ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO CORRESPONDENTE, IN CASU, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 30 DA LEI 8.666/93**”, verifica-se a inexistência de impugnação anterior ao edital em epígrafe, tampouco, versando acerca de atestado, o qual não foi exigido, mas tão somente sobre o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente¹.

¹ Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Avenida Queiroz Júnior, 639 – Bairro Praia – Itabirito – MG – CEP 35450-228
(31) 3561-1599 - www.itabirito.mg.leg.br

Ultrapassada essa questão, passa-se à análise quanto ao item atacado.

É sabido que a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente deve se limitar ao conselho que fiscalize o serviço preponderante objeto da contratação, sob pena de comprometer o caráter competitivo do certame em razão do estabelecimento de condições de qualificação técnica impertinentes ao cumprimento das obrigações contratuais.

Buscando corroborar com o tema, colacionamos a orientação da Corte de Contas da União que dispõe que: *“o registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação. (TCU, acórdão nº 2.769/2014, Plenário)”*.

Nesse sentido, em relação a inclusão do Conselho Federal dos Técnicos no item 9.1.10 do edital, se faz necessário observar a lei nº 13.639 de 26 de março de 2018, que *“cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas”*. Compulsando a mesma, tem-se que os técnicos industriais de nível médio não estão mais subordinados ao CREA.

Nessa seara, verifica-se que os profissionais técnicos industriais, em suas diversas modalidades e observados a sua formação técnica e ainda conforme as orientações, o disciplinamento e a fiscalização do exercício profissional, cuja competência legal é do CFT (Conselho Federal dos Técnicos), também podem ser responsáveis técnicos pela execução, projeto e condução de serviços técnicos, nos moldes da Lei 13.639/18.

Contudo, é necessário verificar quais destas atividades o técnico industrial pode executar. Para tanto, se fez necessário a leitura do art 2º da Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968 que outorga ao técnico industrial de nível médio a atividade profissional, dentre elas, a instalação de equipamentos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Avenida Queiroz Júnior, 639 – Bairro Praia – Itabirito – MG – CEP 35450-228
(31) 3561-1599 - www.itabirito.mg.leg.br

Nessa esteira, o Decreto Nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 que *“regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau”* dispõe em seu art 5º que:

Art 5º Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos técnicos industriais de 2º grau, o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular. (g.n.)

Por conseguinte, diante dessa separação, a empresa que possuir um técnico industrial como “responsável técnico”, o seu registro também deverá ser realizado junto ao CFT. Sendo que o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, tem como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das respectivas categorias e tem como competência detalhar as áreas de atuação previstas dos Técnicos Industriais, conforme os arts 3º e 31 da Lei nº 13.639 de 26 de março de 2018.

Portanto, considerando que o objeto do edital trata sobre instalação de uma câmera, e existem técnicos industriais com atividades semelhantes ao objeto, é possível, que empresas registradas junto ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais prestem o tipo serviço solicitado.

4. DA DECISÃO

Destarte, faz saber que tais informações foram adequadas, havendo assim a necessidade de republicação do Edital nos termos da legislação vigente, por julgar procedente o pedido da empresa peticionante quanto a inclusão do Conselho Federal dos Técnicos no rol de documentação de qualificação técnica exigida no item 91.10 do edital em tela.


Tony José Costa Chaves
Pregoeiro